

27 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Rebelião no Paraná termina com 7 presos desaparecidos e 5 mortos

Motim em penitenciária de Cascavel teve dois detentos decapitados; o local ficou destruído

Cerca de 800 foram transferidos; segundo a defensoria, os não localizados podem ter morrido ou fugido

DE CURITIBA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM CASCAVEL (PR)
DE SÃO PAULO

Após 45 horas, terminou na madrugada desta terça (26) a rebelião na Penitenciária Estadual de Cascavel, no oeste do Paraná, com um saldo de cinco mortos —dois deles decapitados— e pelo menos 25 feridos. Sete presos são considerados desaparecidos.

Com cerca de mil presos, o presídio é um dos maiores do Paraná, mas não estava superlotado. Foi a pior rebelião no Estado em quatro anos.

Dois agentes penitenciários foram feitos reféns. No domingo, os amotinados jogaram presos do alto do prédio. Três morreram na queda.

Do telhado, dominado pelos detentos, a cabeça de um dos decapitados era exibida a quem acompanhava a rebelião à distância.

O motim só acabou após negociações entre detentos e autoridades de Segurança Pública do Estado para a transferência de presos.

“Foi uma violência incontrolável e preocupante”, afirma o diretor do Depen (Departamento Penitenciário do Estado), Cezinando Paredes.

Segundo Juliano Murbach, presidente da subseção da OAB em Cascavel, o motim não teve um fato motivador nem reivindicações específicas. “Eram coisas genéricas, como a qualidade da comida, o atendimento, a violência. São reivindicações que escutamoz faz tempo”, diz.

A penitenciária tem um histórico de agressões. Apenas este ano, oito sindicâncias a respeito foram abertas.

Alguns dos rebelados disseram ser do PCC (Primeiro Comando da Capital), facção criminosa com raízes em São Paulo, mas nenhum afirmou que a rebelião foi deflagrada por ordem da organização.

O Depen diz que os fatos estão sendo investigados. O Estado pedirá à Justiça que promova um mutirão para liberar quem tem direito a progressão de pena e estuda um reforço na segurança.

Com o fim da rebelião, cerca de 800 dos 1.038 presos foram transferidos a outras penitenciárias do Paraná. O local ficou destruído.

A Defensoria Pública diz que há sete presos desapare-

cidos, que podem ter fugido ou morrido. Só será possível confirmar o que houve com eles após o fim da vistoria no local, que deve levar dez dias.

O motim expôs problemas presentes em outras unidades do Paraná: a capacidade do presídio foi “inflada” com a colocação de mais camas sem aumento do espaço.

O Depen diz que as medidas foram estudadas e que não houve prejuízo à segurança. (ESTELITTA HASS CARAZZAI, LUIZ CARLOS DA CRUZ E MARTHA ALVES)

CONTINUA

27 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

'Vi um homem
ser degolado', diz
negociador da OAB

DE CURITIBA

Um dos primeiros a chegar ao presídio quando a rebelião estourou, na manhã de domingo (24), Juliano Murbach, da OAB em Cascavel, diz ter visto cenas de terror no local.

"Enquanto nós conversávamos e negociávamos, começaram a matar gente, a empurrar preso do telhado. Eu vi um homem ser degolado na minha frente. Foi coisa de filme de terror", disse.

Para ele, o grande problema foi a falta de liderança entre os presos.

Oficiais da PM, defensores públicos, advogados e representantes da OAB conduziram o diálogo com a direção do presídio.

A violência das mortes, que ocorreram à vista de autoridades e imprensa, com presos jogados de cima do telhado e outros decapitados, foi uma forma de intimidar a direção do presídio, diz o advogado.

Os presos que foram mortos eram criminosos sexuais, que ficam em celas isoladas e são, geralmente, os primeiros alvos nas rebeliões. "É uma espécie de código de ética inferno, inclusive a decapitação", diz Murbach. (FHC)

27 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Ação cobra R\$ 4 mi de ex-diretores do Metrô e da Alstom

Ministério Público pede à Justiça devolução do valor por aditivos considerados ilegais

FLÁVIO FERREIRA
MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

O Ministério Público pediu à Justiça que ex-diretores do Metrô de São Paulo e da multinacional francesa Alstom sejam condenados a devolver R\$ 4 milhões aos cofres públicos, sob a acusação de terem assinado ilegalmente um contrato sem licitação que durou 18 anos (1989-2007) e teve 23 aditivos no período.

Dois dos aditivos incluíram novos itens no contrato que na verdade deveriam ser objeto de novas concorrências, segundo a Promotoria.

Entre os nove acusados na ação — quatro do Metrô, quatro da Alstom, além da própria empresa — está Ademir Venâncio, ex-diretor administrativo da companhia paulista e que também é investigado pela Polícia Federal.

Em novembro, a PF indiciou Venâncio sob a acusação de corrupção passiva, cartel e lavagem de dinheiro no inquérito sobre o cartel de empresas que atuou em licitações de trens entre 1998 e 2008, em governos do PSDB.

A ação proposta pelo promotor Nelson Luís Sampaio de Andrade aponta ilegalidades no contrato para fornecimento do sistema de sinalização e controle de trens para as extensões norte e leste do Metrô, que foi obtido sem licitação pela CMW, empresa comprada pela Alstom.

Segundo o promotor, além da falta da concorrência, em 1997 Venâncio assinou aditivo que acrescentou e excluiu projetos, equipamentos e materiais ao negócio, desfigurando o contrato original. Para a Promotoria, as alterações deveriam ter levado à realiza-

ção de novas licitações.

A ação aponta ainda que outro aditivo foi fechado em 2005 com o mesmo tipo de irregularidade. Um dos servidores que assinou o documento foi o então diretor administrativo e financeiro José Kalil Neto, que chegou a presidir o Metrô em 2012.

Segundo Andrade, os aditivos ilegais elevaram o montante do contrato de R\$ 57 milhões para R\$ 61 milhões (valores atualizados) e a diferença de R\$ 4 milhões deve ser devolvida ao poder público.

A Alstom informou que não foi comunicada sobre a ação e não iria se manifestar.

O Metrô afirmou que só a Alstom poderia entregar os equipamentos para as extensões das linhas pois a empresa foi a fornecedora original para os outros trechos. O uso de equipamentos de companhias diferentes poderia causar problemas, diz o Metrô.

O advogado de Venâncio, Luiz Fernando Pacheco, disse que ele “nega com veemência” a prática de irregularidades. A Folha não localizou a defesa de José Kalil Neto.

RECHASO

MARINHO QUER REASSUMIR CARGO NO TCE

Afastado do TCE-SP desde o último dia 11 sob suspeita de receber propina, o conselheiro Robson Marinho pediu ao Tribunal de Justiça que anule a decisão de primeira instância que determinou a saída dele do cargo. Segundo a defesa, a ação se baseou em provas ilegais.

27 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

É PROIBIDO PROIBIR

Uma moradora de Belo Horizonte pode ser a primeira paciente do Brasil a conseguir importar medicamento à base de THC, principal componente ativo da maconha. O tetraidrocannabinol faz parte da lista de substâncias proibidas no país pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A compra de remédios com canabidiol, outro componente da erva, já tem sido autorizada.

PROIBIDO 2

A estudante Juliana de Paolinelli Novaes, 35, obteve decisão do Tribunal de Justiça de Minas que obriga a Anvisa a autorizar a compra do Sativex. O remédio, aprovado em 11 países, será para tratar dores crônicas e espasmos causados por um problema na coluna. A mineira aparece no documentário "Dor", dirigido por Tarso Araujo e Raphael Erichsen e disponível no YouTube.

PROIBIDO 3

A Anvisa informa que não foi notificada da ação e que esse é o primeiro caso de pedido de importação de THC. Segundo o órgão, a solicitação pode ser feita sem medida judicial, como também ocorre com o canabidiol. "É difícil na prática. Empresas se recusam a importar, alegando a proibição do composto", diz a estudante.

27 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Penal de catador preso desde atos de junho é reduzida em 4 meses

Morador de rua portava desinfetante e água sanitária; defesa queria a anulação da pena

O primeiro condenado após as manifestações de junho do ano passado teve sua pena reduzida pela Justiça do Rio de cinco anos para quatro anos e oito meses.

O catador de latinhas e morador de rua Rafael Braga Vieira, 26, foi detido em junho de 2013 sob suspeita de carregar coquetéis-molotov.

Na delegacia, constatou-se que ele portava uma garrafa do desinfetante Pinho Sol e uma de água sanitária.

Em dezembro passado, a Justiça o condenou por posse de explosivo.

Com base em um laudo da Polícia Civil indicando que o material apreendido tinha "ínfima possibilidade" de funcionar como coquetel-molotov, a defesa de Vieira queria a anulação da pena. Agora, deve recorrer da redução de apenas quatro meses.

Segundo a defesa, Vieira não era manifestante, mas um morador de rua. O produto das garrafas seria usado para limpar o local onde ele iria passar a noite.

27 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Roubos em série

Estado mais rico do país, São Paulo deveria dar o exemplo na segurança pública, mas gestão Alckmin tarda em conter escalada de crimes

Enquanto a segurança pública aparecia como tema principal do debate entre os candidatos ao governo de São Paulo, na segunda-feira, a secretaria responsável pela área divulgava dados desconcertantes sobre a ocorrência de roubos no Estado e na capital.

Paulistas e paulistanos ficaram sabendo que, em julho, a incidência desse crime patrimonial cometido com violência cresceu pela 14ª vez consecutiva. Trata-se da maior sequência de aumentos dessa modalidade delituosa desde o início da série estatística, em 2001.

Até julho deste ano, houve 186.588 roubos no Estado. De 2004 a 2008, esse número era registrado apenas em novembro.

Não surpreende, portanto, que, no encontro promovido por *Folha*, UOL, SBT e Jovem Pan, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) tenha sido alvo preferencial de perguntas e críticas sobre suas políticas para o setor. Mesmo sem informações atualizadas, os adversários do tucano já dispunham de farta munição para questioná-lo.

Como de costume, Alckmin usou a seu favor a redução histórica da taxa de homicídios em São Paulo, que tem se mantido na faixa de 10 a 11 casos por 100 mil habitantes — a média nacional é de 29, segundo o “Mapa da Violência”.

Embora louvável, tal conquista — consolidada na década passada e para a qual contribuíram diversos fatores, como os demográficos — em nada melhora os resultados pífios da atual gestão no enfrentamento dos roubos.

Basta dizer que, nesse campo, o governo teve o desplante de comemorar ligeira redução no ritmo de crescimento, como se os paulistas fossem se contentar com uma criminalidade que aumenta devagar.

Na comparação com julho de 2013, os roubos subiram 12,6% no Estado e 20,3% na capital; em junho, os avanços haviam sido de 14,7% e 21%, respectivamente; nos 12 meses anteriores, a elevação média fora de 22,3% e 29,3%.

Mantido o padrão de desaceleração, seriam necessários seis meses para cessar a escalada no Estado, e mais de dois anos na capital.

O governo diz que as notificações pela internet, iniciadas em dezembro passado, contribuíram para ampliar os registros; argumenta ainda que o fenômeno é nacional.

Tais explicações não convencem. As estatísticas mostram que a tendência começou antes de dezembro, e São Paulo, o Estado mais rico do país, deveria dar o exemplo na segurança pública. A administração Alckmin, todavia, tarda em adotar iniciativas satisfatórias.

É saudável que essa área seja objeto de discussão na campanha eleitoral. Pena que o tema se repita a cada pleito, servindo antes para alimentar a retórica beligerante das candidaturas do que para estimular estratégias eficazes.

27 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Cinco mortos, sete desaparecidos

Autoridades ainda contabilizam a barbárie na Penitenciária Estadual de Cascavel. Mais corpos carbonizados podem estar numa ala conhecida como "fábrica"

Raphael Marchiori, Felipe Aníbal, Diego Antonelli e Luiz Carlos da Cruz, correspondente em Cascavel

Após 44 horas de muita tensão, chegou ao fim na madrugada de ontem uma das mais violentas rebeliões ocorridas em um presídio do Paraná. Com um saldo parcial de 5 mortos, 22 feridos e 7 pessoas desaparecidas, as autoridades ainda tentavam contabilizar, na noite de ontem, a barbárie ocorrida na Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC), no Oeste. O motim só terminou após a liberação de dois agentes penitenciários que eram mantidos reféns e a conclusão da transferência de 851 detentos.

Apesar da confirmação das cinco mortes, nenhum órgão ou autoridade que trabalha no local se arriscou a fechar esse balanço. Isso porque ainda será realizada uma nova perícia e há a possibilidade de haver corpos queimados em uma ala conhecida como "fábrica". Cezinando Paredes, diretor do Departamento de Execução Penal do estado (Depen-PR), afirmou que sete presos estão

desaparecidos. "Podem estar mortos, fugidos ou escondidos em algum local no interior da unidade", disse.

Devastador

O cenário no interior da PEC é devastador. Equipamentos quebrados, livros, roupas, calçados e restos de entulhos estão espalhados pelos corredores e celas. Por todos os lados é possível ver inscrições da sigla PCC (Primeiro Comando da Capital), facção criminosa que teria liderado o motim. Na única ala não danificada, 222 presos que respondem a processos em Cascavel foram deixados no mesmo local.

"Os detentos incendiaram completamente a fábrica e tudo indica que deve haver mortos lá. Eles usaram as botas produzidas no local para aumentar a combustão", conta o advogado Jefferson Kendy Makyama, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB de Cascavel. O grau de dificuldade para a localização dos presos desaparecidos pode ser medido pelo tempo decorrido para remoção dos corpos das vítimas. Isso porque, segundo peritos, um dos corpos estava carbonizado e teve partes dilaceradas que demoraram a ser localizadas. Além disso, outros dois presos estavam degolados.

Ontem, a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) concluiu a transferência de 851 internos, que foram levados a unidades de Curitiba, Maringá, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Cruzeiro do Oeste, Guarapuava e para a

Penitenciária Industrial de Cascavel — que receberá aqueles que já cumpriram o requisito mínimo para progressão da pena ou devem completá-lo ainda em 2014. Juntas, segundo o Mapa Carcerário da Seju, essas regiões tinham 804 vagas até ontem. Ao todo, 280 detentos da PEC ainda não têm sentenças expedidas contra eles. A maior parte responde por roubo, tráfico de drogas ou homicídio.

Motivos

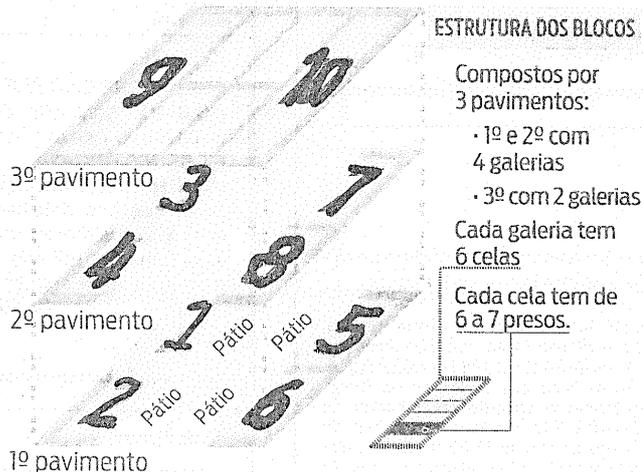
Especula-se, agora, os motivos que levaram os presos a se rebelarem. De acordo com Juliano Murbach, presidente da OAB de Cascavel, as queixas dos presos eram conhecidas, mas a situação da penitenciária, comparada com o sistema carcerário brasileiro, não justificava a rebelião. "[A PEC] não é um resort, mas perto do que já foi, estava boa. De qualquer forma, precisamos de mais investimento em infraestrutura, alimentação e qualificação e remuneração dos agentes."

CONTINUA

CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO

FORA DAS CELAS

Entenda como ocorreu o motim na PEC:

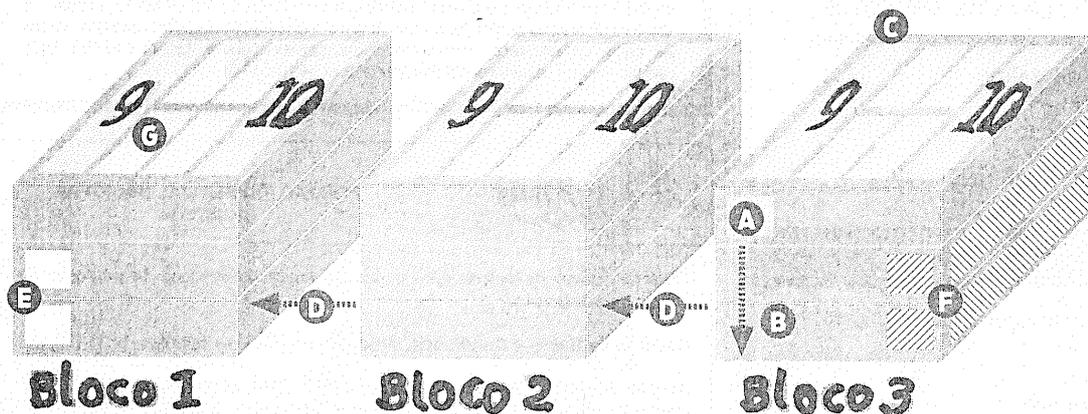


A Três agentes chegam à 9ª galeria do Bloco 3 para servir o café da manhã no domingo (24) de manhã. Um grupo de 12 a 14 presos sai de duas celas e rende os servidores. Um agente consegue fugir e os outros dois são feitos reféns.

B Os presos abrem as quatro outras celas da 9ª galeria e dominam a área. Com pedaços de ferro e cimento, os detentos estouram cadeados e descem para as demais galerias do Bloco 3.

C Parte dos presos arrebenta as janelas de ventilação, feitas de cimento, e sobem no telhado.

D Depois de dominar o Bloco 3, os rebelados conseguem dominar o Bloco 2 e parte do Bloco 1.



E Os agentes penitenciários conseguem isolar somente as galerias de 1ª a 4ª do Bloco 1.

F Os presos em revolta dominam as galerias 5ª a 8ª do Bloco 3, o chamado "seguro". Nesse local ficam os detentos acusados de estupro, morte de crianças e policiais condenados. Quatro mortes até agora seriam de detentos do chamado "seguro", mas isso só será confirmado após a identificação dos mortos.

G Negociações: na escada de acesso da 3ª e da 4ª para a 9ª galeria e nos pátios do Bloco 1 ocorrem as negociações entre a Secretaria de Justiça e a Polícia Militar com os presos rebelados.

APERTO

O anúncio da transferência de 851 detentos da PEC para outros presídios do estado pressiona um sistema que já está no limite. Confira para onde eles serão transferidos:



	presos	vagas	saldo
1 Curitiba, RM e Litoral	9.247	8.945	-302
2 Foz do Iguaçu	1.966	2.206	28
3 Maringá	1.194	1.222	140
4 Francisco Beltrão	1.082	1.222	358
5 Cruzzeiro do Oeste	750	1.108	240
6 Guarapuava	526	564	38
7 Pen. Ind. de Cascavel	363	360	-3

851 detentos

para...

804 vagas livres

CONTINUA

27 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DE SURPRESA

Com a rebelião contida, o governador Beto Richa (PSDB) falou ontem pela primeira vez sobre o caso. Em entrevista à rádio CBN Curitiba, Richa disse ter sido pego "de surpresa" pela situação. "A informação que recebi é de que o motivo seria uma disputa de facções criminosas dentro do presídio", disse. Ele classificou o episódio como uma "situação lamentável". Durante a rebelião, presos hastearam bandeiras do PCC. Segundo o juiz Paulo Damas, presos com alto grau de periculosidade foram transferidos ao local recentemente. Mas não se sabe se estão ligados à facção.

FACILITAÇÃO?

A Seju informou que vai investigar quem seriam os líderes da rebelião ocorrida na PEC e se houve facilitação por parte de agentes penitenciários para o início do motim. Caso seja confirmado o envolvimento de servidores, diz a secretaria, eles serão punidos com rigor. O presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen), Antony Johnson, afirmou que a categoria defende que todos os fatos sejam apurados, mas que é cedo para fazer qualquer ligação com uma possível ajuda dos agentes. "É muito fácil para o governo culpar os agentes e não assumir as dificuldades do sistema penitenciário do estado."

Sindicato reivindica a contratação de agentes

Para o Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen), a rebelião na Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC) ocorreu devido à "precariedade" do sistema penitenciário paranaense. Segundo Antony Johnson, presidente da entidade, havia apenas nove agentes penitenciários responsáveis pela segurança no local do motim. O presídio tinha 1.036 presos no momento da rebelião. A relação de agentes penitenciários por presos é apontada como uma das causas da tensão vivida na penitenciárias do estado. Nos últimos 12 meses, ocorreram 19 rebeliões nessas unidades com 24 servidores feitos reféns. De acordo com dados de 2013, há no estado 3,5 mil agentes para cuidar de uma população carcerária que ultrapassa a casa dos 28 mil presos. Neste ano, o governo do estado está contratando mais 423 profissionais, mas o sindicato da categoria reivindica a abertura de mais mil postos de trabalho.

CONTINUA

27 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

VIOLENCIA

Filha diz que pai pode ter sido torturado antes de ser decapitado

Rodrigo Batista

A filha de um dos homens mortos durante a rebelião na Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC) disse que o pai dela pode ter sido torturado antes de morrer. A vítima é um dos dois presidiários que morreu decapitado nas mais de 40 horas de motim dos presos. Segundo a jovem, que preferiu não se identificar, ela recebeu informações de que presos do Primeiro Comando da Capital (PCC) tentavam cooptar o pai dela para o grupo, mas o homem não teria aceitado se submeter aos criminosos. Segundo a jovem, que mora em Curitiba e tem família em Cascavel, o corpo do pai estava sem as unhas e com os olhos machucados. O homem tinha 42 anos e estava na penitenciária há nove meses por ter roubado um automóvel. Antes disso, ele cumpriu pena por tráfico de drogas durante dois anos antes dessa nova prisão. A vítima da rebelião havia saído do sistema penitenciário em 2012 e foi presa novamente em 2013. "Ele ficou sem emprego por um tempo e depois voltou para o crime, pois ninguém dava emprego para ele", diz a jovem.

A respeito da vida dele dentro do presídio, a filha da vítima disse que não tinha muito contato com o pai, mas soube que ele foi colocado dentro de uma ala que, geralmente, é destinada a detentos que cometeram crimes de comoção popular, como estupro. "Meu pai não era estuprador. Nós entramos com pedido para ele sair daquela ala, mas ainda não tinham tirado ele de lá."

Ela também afirmou que o homem costumava se envolver em brigas dentro do presídio. A previsão era que o pai dela deixasse a penitenciária ainda nesta semana, mas a tragédia ocorreu. "Achei um absurdo o que aconteceu. Não espero mais nada, porque sei que vai cair no esquecimento e ninguém vai pagar pelo que fizeram com ele. Só quero que isso não aconteça com mais ninguém", diz.

"Não espero mais nada, porque sei que vai cair no esquecimento e ninguém vai pagar pelo que fizeram com ele. Só quero que isso não aconteça com mais ninguém."

Filha de preso morto durante a rebelião na PEC.

GAZETA DO POVO

Condenado por protesto, catador tem pena reduzida

» JUSTIÇA

BRF Foods terá de pagar indenização de R\$ 1 milhão

Kelli Kadanus

¶ A empresa BRF, dona das marcas Sadia e Perdigão, foi condenada pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) a pagar uma indenização de R\$ 1 milhão por causa de condições degradantes de trabalho em uma fazenda em Iporã (Noroeste do estado), onde ocorriam atividades de reflorestamento.

Os problemas, constatados durante uma investigação do Ministério Público do Trabalho no Paraná, em 2012, iam desde jornada excessiva e condições precárias dos alojamentos, até a contaminação da água fornecida aos trabalhadores para consumo.

A BRF alegou que as atividades de reflorestamento eram feitas por empresa terceirizada, mas a Justiça do Trabalho entendeu que a empresa também é responsável pela garantia de um ambiente de trabalho saudável.

Outro lado

A Gazeta do Povo tentou contato com a assessoria de imprensa da BRF por e-mail e telefone, mas ninguém foi localizado ontem para comentar o caso.

Casal é indenizado por não conseguir viajar

¶ Um casal de Minas Gerais que não conseguiu usar um pacote de viagens da Star Travel Tour comprado no Groupon conseguiu o direito a indenização por danos morais, no total de R\$ 14 mil. O casal comprou em junho de 2011 um pacote de R\$ 2,3 mil para Argentina e Chile para a lua de mel, que seria em setembro. Mas não conseguiu marcar a data de saída nem reservar hotel. Tiveram, então, de adiar a viagem e comprar outro pacote, por R\$ 7,5 mil.

Polícia divulga vídeo que mostra agressões contra Bernardo

¶ A delegada Caroline Bamberg revelou ontem, em Três Passos, durante a primeira audiência de instrução do processo que investiga a morte de Bernardo Uglione, a existência de um vídeo no qual a madrasta da vítima, Graciele Uguline, aparece agredindo o enteado e fazendo ameaças contra ele. O vídeo, diz a delegada, teria sido gravado pelo próprio pai do garoto, Leandro Boldrini. Os dois são acusados de assassinar o menino e jogar o corpo dele em uma vala. A revelação foi feita antes dos depoimentos das 35 primeiras testemunhas do processo.

A primeira pessoa que foi condenada após participação das manifestações que tomaram as ruas do país desde junho de 2013 teve sua pena diminuída em quatro meses ontem pela Justiça do Rio. O catador de latinhas e morador de rua Rafael Braga Vieira, 26 anos, foi detido em 22 de junho próximo de onde ocorria a chamada "marcha do um milhão", na Av. Presidente Vargas, sob suspeita de carregar dois coquetéis molotovs. Em dezembro, a Justiça o condenou em primeira instância a cinco anos em regime fechado por posse de explosivo, ainda que um laudo da Polícia Civil tenha concluído que o material apreendido tinha "ínfima possibilidade" de funcionar como coquetel molotov. A defesa de Vieira pediu em segunda instância a anulação da pena com base neste laudo. Desembargadores da 32ª Vara Criminal do Rio decidiram ontem reduzir a pena para quatro anos e oito meses em regime fechado. Desde a noite de segunda, um grupo pequeno de manifestantes (foto) fez vigília na porta do Tribunal de Justiça do Rio, no centro da cidade.

Rebelião 1 COLUNA DO LEITOR

Uma coisa é certa. Quem critica os detentos é porque nunca teve um parente ou amigo dentro de uma penitenciária. Não sou defensor de marginais ou de pessoas que fazem coisas erradas. Se eles erraram em suas vidas, precisam pagar, mas dentro do que estipula a lei maior do país, com dignidade, como todos devem ser tratados. Se o sistema penitenciário está falido, cobrem dos governos melhor estrutura e, da Justiça, o cumprimento da lei.

Walter Guimarães da Silva

Rebelião 2

Preso deveria trabalhar para comer. Pois nós, se queremos comida boa, temos de trabalhar. Se eles querem condições melhores, que tenham atitudes de pessoas melhores. Pagamos para eles estarem lá e ainda querem comida melhor? Está tudo sem valores, sem limites.

Dirce Lara de Moraes de Lima

27 AGO 2014

GAZETA DO POVO

BESSA



O jurista Alaor Leite (à esq.) recebeu mais de 300 pessoas no lançamento do livro *Autoria como domínio do fato* – escrito por ele com Luís Greco, Adriano Teixeira e Augusto Assis – no saguão do Teatro Guaíra segunda-feira, entre eles, o jurista e professor René Dotti (à dir.) e seus pais, o desembargador Marco Antonio Leite e Mara Catarina Leite (ao centro).

CURSO

Direito notarial e de registro

- **DATA:** 29 e 30 de agosto.
- **DESCRIÇÃO:** organizado pela Escola Nacional de Notários e Registradores - Ennor, em parceria com o TJ-PR e com o Sindicato dos Escrivães Notários e Registradores do Paraná – Sienoreg-PR, as aulas serão realizadas por renomados professores, todos mestres ou especialistas que irão tratar sobre temas relativos a Notas, Protesto e Registros Públicos. Aguarda-se a presença de desembargadores, juízes, notários, registradores, advogados, substitutos, estudantes de Direito e demais profissionais atuantes na área.
- **PALESTRANTES:** Mário Camargo, Graciano Pinheiro de Siqueira, Luiz Guilherme Loureiro e Eduardo Augusto.
- **LOCAL:** auditório do Tribunal de Justiça do Paraná – Nossa Senhora da Salette – Centro Cívico.
- **INSCRIÇÕES (gratuitas) podem ser feitas pelo www.anoreg.org.br/cursos** – mais informações: (41) 3077-1010 / (61) 3323-1555.

27 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Lei da Anistia, herança da ditadura militar

Roberto Elias Salomão

Em 28 de agosto de 1979, o general-presidente João Batista Figueiredo assinou a Lei da Anistia. Uma frase famosa de Figueiredo (“prendo e arrebento quem for contra a abertura”) define com precisão o caráter da lei.

O resultado imediato da Lei de Anistia — o retorno ao Brasil de uma centena de exilados — foi saudado como um fato extremamente positivo. É necessário, porém, desfazer alguns mitos sobre a Lei da Anistia, as circunstâncias que cercaram sua promulgação e suas consequências. Mitos alimentados até hoje e nem sempre com as melhores intenções.

O primeiro ponto é que a anistia de 1979 não foi “ampla, geral e irrestrita”. Longe disso. Ficaram de fora do benefício os militantes envolvidos em crimes de morte e “atentados terroristas”, entre outros. Além disso, muitos obtiveram sua liberdade apenas depois de cumprir as penas impostas pelos generais. No total, a lei atingiu pouco mais de 100 militantes.

Em segundo lugar, é lamentável que ainda hoje exista a tese de que a Lei da Anistia foi fruto de um “amplo consenso entre o regime e a oposição”. Como amplo consenso? Vivíamos sob uma ditadura, não havia direito de manifestação, expressão e organização, e os instrumentos repressivos vigoravam plenamente. A Lei da Anistia foi uma imposição do regime militar. No entanto, ela não teria existido se o movimento popular pela anistia não tivesse ocupado as ruas, juntamente com o movimento estudantil e as greves operárias. Não havia “consenso”, havia enfrentamento. A anistia ampla, geral e irrestrita era incompatível com o regime militar.

A Lei da Anistia atravessou incólume esses 35 anos. Sobreviveu à ditadura militar e à Constituinte de 1988, e foi declarada imutável, há alguns anos, em lamentável decisão do Supremo Tribunal Federal. Permanece como

sobrevivência nefasta da ditadura, na companhia de regras intocadas do “pacote de abril” de 1977, da militarização das polícias e outros institutos. A resistência a qualquer alteração na Lei da Anistia expressa a recusa ao alargamento dos limites tão estreitos da nossa democracia.

A vigência da Lei da Anistia de 1979 significou, na prática, relegar ao olvido todas as violações dos direitos humanos ocorridas desde 1964. Porém, o tratamento é completamente diferente para militantes de esquerda e para os agentes da repressão estatal. Os militantes que se opuseram ao regime militar (e não apenas os que se envolveram na luta armada) pagaram caro por suas convicções. Foram presos, afastados de seus empregos, torturados, exilados, mortos. Ou simplesmente desapareceram. A anistia, para a maioria, chegou tarde.

Para os agentes da repressão estatal que torturaram, mataram ou fizeram desaparecer esses militantes, nunca houve julgamento. Seus crimes ficaram até hoje impunes, embora, de acordo com todas as leis internacionais, sejam considerados hediondos e imprescritíveis. Isso traz ao Brasil descrédito internacional, evidenciado pela sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos condenando nosso país pela não punição desses crimes. O Estado e seus agentes autoanistiaram-se o que é inconcebível.

Trinta e cinco anos e muitos avanços depois, não dá mais para conviver com essa herança da ditadura militar. Seus crimes devem ser julgados, e os responsáveis, condenados.

Roberto Elias Salomão é coordenador do Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça.

27 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Jornalismo:

voltemos à essência

Ester Athanásio

Imparcialidade e objetividade norteiam o jornalismo no critério da credibilidade. Pelo menos desde o fim do século 19, por influência do positivismo, a ideia de isenção caminha junto à noção de imprensa livre, independente e qualificada. Não é à toa que expressões como “imprensa marrom” e “a mídia manipula a massa” encham a boca de quem quer identificar situações em que a informação é manipulada de alguma forma. O que pouco se discute é a postura dos jornalistas diante desse cenário.

A Teoria Organizacional, proposta por Warren Breed em 1955, afirma que há um sistema de recompensa *versus* punição que influencia a rotina das redações. O repórter conhece os interesses do veículo, as relações comerciais e políticas e, em casos bastante reais, a qual partido político o patrão é filiado. São poucos os jornalistas que se arriscam a recusar algum tipo de “pauta recomendada”, como se refere o jargão jornalístico.

No Paraná, depois da pesquisa *Controle editorial nas redações: estudo sobre a percepção dos jornalistas de TV de Curitiba*, que realizamos junto à UFPR, há um panorama concreto do que acontece por trás das câmeras. O retrato, construído de forma estatística com base na resposta de 277 jornalistas, sendo 70 de televisão, revela que 88,6% dos jornalistas percebem, em alguma medida, a interferência editorial originada de critérios não jornalísticos (interesses comerciais, por exemplo) e a maior parte (74,3%) já fez alguma pauta a pedido da direção da empresa. Apenas 1,4% se recusou a obedecer a ordem. O jornalismo nasceu para informar e, por consequência, formar opinião. Admite-se a dificuldade em praticá-lo de forma totalmente objetiva, pois um texto, um retrato, a escolha das palavras e a ordem em que são apresentadas formam, sempre, um recorte subjetivo. Contudo, a ausência de objetividade não nega a idoneidade. Já o que temos presenciado é o uso de concessões públicas a favor do benefício privado.

A pesquisa em questão revela algo nunca antes escancarado: que o político que controla um canal não precisa se dar ao trabalho de ditar as regras, uma vez que os profissionais se adiantam, internalizam a linha editorial e antecipam a censura via autocensura, prevenindo retaliações. Ao menos 70% deixaram de publicar determinado assunto prevenindo o corte. Como profetizava Breed, a cultura organizacional das empresas jornalísticas tende a se sobrepor à ética da profissão.

Parte dos profissionais está conformada por falta de opção e, sobretudo, representatividade: 58% não se sentem protegidos pelos órgãos de classe; 55,7% não concordam com as pressões, mas mesmo assim administram o impasse “com cautela”, sendo que 8,5% obedecem a esse tipo de ordem para manter o emprego. Um total de 40% diz que os amigos cedem à pressão “quase sempre”. As relações de poder da imprensa tendem a ser absorvidas como um processo natural por 40%; já 27% as consideram naturais, porém prejudiciais à atividade; e 34,2% entendem que as pressões ferem o direito do cidadão sempre.

O contrato social do jornalismo está fragilizado. Uma pesquisa como esta pode não mudar, de imediato, o cenário, mas expõe com números e evidências a realidade e provoca, com pretensão, um debate rumo ao resgate da essência.

Ester Athanásio, jornalista formada pela UFPR, desenvolveu a pesquisa *Controle editorial nas redações – estudo sobre a percepção dos jornalistas de TV de Curitiba*, em 2013. Este texto integra série especial de artigos sobre os 50 anos do curso de Jornalismo da UFPR.

27 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Registro de união estável é regulamentado em todo o Brasil

A Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) editou recentemente o Provimento nº 37, que disciplina o registro da união estável nos cartórios de Registro Civil. A medida objetiva uniformizar procedimentos e garantir segurança jurídica aos casais hetero e homossexuais. De acordo com a norma assinada pelo corregedor em exercício, conselheiro Guilherme Calmon, a constituição e a extinção da união estável poderão ser publicizadas por meio do registro no livro "E", realizado pelo oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais.

A providência segue o exemplo da corregedoria do Paraná, que já havia regulamentado o registro da união estável em cartórios de Registro Civil quando da publicação do Código de Normas do foro extrajudicial, lançado ao final de 2013.

"A função do Registro Civil é a de averbar os fatos e negócios jurídicos que se relacionam com a condição humana. Dessa forma, as atribuições designadas pelo CNJ atuam de forma importante para atualizar os procedimentos registrares dos cartórios brasileiros. Além de garantirem mais segurança jurídica aos cidadãos, uma vez que a união estável, conforme prevê o Código Civil brasileiro, produz efeitos patrimoniais através do regime de bens, efeitos sucessórios e benefícios previdenciários", explica o diretor de Registro Civil da Associação dos Notários e Registradores do Estado do

Paraná (Anoreg-PR) e presidente da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), Ricardo Augusto Leão.

Com as mudanças, a grande novidade está na possibilidade de se registrar no cartório a existência do laço afetivo estabelecido entre o casal. Antes somente era lavrada a escritura pública declaratória ou o contrato particular com firma reconhecida, mas sem registro dos documentos. Assim, com a formalização da convivência no cartório de Registro Civil, a união estável ganha reconhecimento e publicidade.

"A medida resulta em comprovação imediata da convivência do casal sem haver a necessidade de processo judicial para comprovação da existência da união estável, o que facilita o trabalho de documentação junto ao INSS, inventários, registros de imóveis e demais órgãos públicos, por exemplo", afirma Leão.

A união estável entrou para o Registro Civil como um todo, incluindo a declaração feita no óbito. Na lavratura do óbito é possível indicar que a pessoa vivia com uma companheira ou companheiro.

Um ponto que merece destaque diz respeito ao fato de que não poderá ser promovido o registro de união estável de pessoas casadas, ainda que separadas de fato, exceto se separadas judicialmente ou extrajudicialmente, ou se a declaração da união estável decorrer de sentença judicial transitada em julgado.

27 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

STJ revê decisão e condena sexo com garota de 13

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) reformou decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) que havia absolvido um homem acusado de praticar sexo com a enteada de 13 anos. Por unanimidade, os ministros da 6.ª Turma decidiram condená-lo. O TJ-SP vai fixar a pena.

Relator do caso, o ministro Rogerio Schietti Cruz fez críticas aos argumentos da Justiça paulista, que tinha absolvido o padrasto. “Repudiáveis os fundamentos empregados pela magistrada de primeiro grau e pelo relator do acórdão impugnado para absolver o recorrido, reproduzindo um padrão de comportamento judicial tipicamente patriarcal.”

Para os ministros do STJ, a presunção de violência nos crimes de estupro e atentado violento ao pudor contra menores de 14 anos tem caráter absoluto.

Amãe denunciou o caso à Justiça. A juíza da primeira instância concluiu que a menina não foi vítima de violência presumida porque “o que fez foi de livre e espontânea vontade”. /

MARIÂNGELA GALLUCCI

TJ reduz pena de homem detido em manifestação

O Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) reduziu a pena do morador de rua e catador de recicláveis Rafael Braga Vieira de 5 anos para 4 anos e 8 meses de prisão em regime fechado por porte de material explosivo e incendiário. Ele foi preso após uma manifestação na Lapa, no centro do Rio, em 20 de junho de 2013, e alega não ter participado do ato.

Sonia Racy

Para lembrar

Tem gente se perguntando: por que a 21ª Vara Criminal de SP, que recebeu denúncia, há 20 dias, contra **Ronilson Bezerra Rodrigues** e outras dez pessoas acusadas de integrar a máfia do ISS ainda não se manifestou?

Entre outras medidas, o MP pediu a prisão de Rodrigues – que foi apontado como o chefe do esquema.

Martelo batido

Por falta de provas, a Justiça Militar de São Paulo absolveu dois policiais militares acusados de insubordinação durante protesto em junho do ano passado. O MP decidiu entrar com recurso.

Ex-tenente-coronel condenado a seis meses de detenção por abandono de posto recorreu da decisão. Esses são os únicos processos envolvendo PMs que atuaram nas manifestações do ano passado.

● E o STF em peso baixou, anteontem, no Piselli, em SP. Na mesma mesa jantaram **Luís Roberto Barroso**, **Teori Zavascki** e **Cármem Lúcia**.

27 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Após motim, 7 presos somem em prisão do PR

Rebelião que durou 45 horas em Cascavel
deixou cinco mortos e penitenciária destruída

Miguel Portela

ESPECIAL PARA O ESTADO
CASCAVEL

Um cenário de guerra. Esta foi a descrição resumida de quem teve acesso às 24 galerias da Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC), no Paraná, que foi praticamente destruída pelos presos rebeldes. O motim durou cerca de 45 horas e resultou em pelo menos cinco mortos, 25 feridos e sete desaparecidos.

A rebelião começou no domingo e terminou ontem, às 3h30, quando os dois agentes penitenciários que estavam reféns dos presos foram libertados. O diretor do Departamento Penitenciário Estadual (Depen), Cezinando Paredes, ainda não tem explicação sobre os motivos do motim, que sacudiu todo o sistema penitenciário do Estado e trouxe apreensão e medo aos moradores de Cascavel, cidade com pouco mais de 300 mil habitantes.

“No início, não tinha uma reivindicação certa por parte dos presos. Além disso, havia várias pessoas liderando o movimento”, afirmou Cezinando, que esteve desde o início à frente do grupo de negociações com os rebeldes. O diretor não descarta a possibilidade de acerto de contas ou briga de poder entre grupos rivais pelo movimento.

Essas desconfianças recaem sobre o Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa que atua nos presídios. Alguns detentos encapuzados exibiram faixa com as iniciais da fac-

ção. Também dentro do presídio havia inscrição do grupo marcada com tinta e sangue em paredes e grades das celas.

Outra hipótese para os assassinatos é de que os presos mortos tenham praticado crimes que não são admitidos pela população carcerária, como estupro, homicídio de crianças, ex-policiais e delatores.

As mortes serão investigadas pela Delegacia de Homicídio de Cascavel. As autoridades também estão investigando o desaparecimento de outros sete detentos. O caso está sendo acompanhado pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, que também presta assistência as famílias dos internos.

“Que há desaparecidos é um fato, mas é preciso apurar se fugiram ou foram mortos”, disse o defensor público Marcelo Diniz. Segundo o defensor público Eduardo Abraão, é preciso aguardar o trabalho de “varredura” nas galerias da PEC para avaliar a real situação. “O que se viu dentro da penitenciária é um cenário de guerra, sem precedentes na história carcerária do Paraná.” O Depen mantém 222 presos no local. Outros 796 foram transferidos.

Facção. O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), creditou a rebelião a uma disputa entre grupos rivais dentro da cadeia. “A informação que nós temos é a de que foi uma disputa, um acerto de contas e entre facções dentro do presídio, mas foi solucionado”, disse Richa à Rádio CBN. / COLABOROU JULIO CESAR LIMA, ESPECIAL PARA O ESTADO

27 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

Rebelião expõe falhas no sistema penitenciário do PR

Sindicato dos agentes penitenciários aponta defasagem no quadro efetivo em contrapartida à superlotação nas unidades

Diego Prazeres
Reportagem Local

Cascavel - A rebelião na Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC), debelada na madrugada de ontem, após 45 horas de muita tensão, deixa como rastro mais do que os cinco detentos mortos, outros 25 feridos e ainda sete desaparecidos, segundo balanço oficial divulgado pela Secretaria de Justiça e Cidadania (Seju). O que fica é um grande questionamento sobre a situação de falência do sistema penitenciário do Paraná, com denúncias de maus-tratos no interior das unidades, falta de condições de trabalho para os agentes penitenciários e a tão problemática superlotação carcerária.

Com 20 de suas 24 galerias absolutamente destruídas, a PEC voltou ao controle das forças de segurança depois que os dois agentes penitenciários feitos reféns pelos detentos foram libertados e a Polícia Militar concluiu o trabalho de remoção de 851 presos para as unidades penitenciárias de Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Maringá, Guarapuava, Curitiba,

Piraquara e Cruzeiro do Oeste. Só que a própria assessoria da Seju admite que não há vagas nessas penitenciárias. Ou seja, o número de presos ficaria acima da média.

Para quem trabalha diretamente nas unidades, a sensação é de que rebeliões como a de Cascavel ou a que ocorreu na Penitenciária Central do Estado (PCE), em Piraquara, há apenas quatro anos, estão longe de ser ocasionais. "A rebelião aqui em Cascavel era uma tragédia anunciada", disse à FOLHA o presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen), Anthony Johnson, na última segunda-feira, enquanto as negociações com os detentos ainda prosseguiam no interior da PEC. "Há falta de efetivo de agentes penitenciários, de material humano, de condições de trabalho, de condições para os presos, de assistência jurídica - os presos reclamam que os processos não andam. Além dos problemas como a superlotação, de higiene e da comida ruim para os presos e os

agentes. Uma hora isso iria acontecer, aqui como em Londrina, Curitiba. Espero que não aconteça", avaliou Johnson, que nos dois dias da rebelião esteve na penitenciária participando das negociações juntamente com as forças de segurança.

Ele cobrou mais atenção, e investimento do Estado, nas políticas carcerárias. "Não existe mágica, tem que agir com responsabilidade, construir novos presídios, contratar mais agentes penitenciários, pessoal técnico-administrativo, advogados, médicos. Falta material de higiene, a comida é muito ruim, ninguém fiscaliza. Nosso papel é cobrar soluções e espero que o governo nos ajude. Queremos condições de trabalho", reivindicou o agente, dando o tom do manifesto público que o Sindarspen realizará hoje no centro de Cascavel.

CONTINUA

A defasagem no efetivo de agentes penitenciários no Estado é uma realidade. Johnson calcula que faltem 1,2 mil servidores. "Hoje temos em torno de 3 mil concursados", pontuou Johnson. Só na PEC, ele estima que sejam necessários mais 100 agentes. O efetivo atual é de 120 homens, 40 em cada um dos três plantões. "É muito pouco. O ideal seriam 220 agentes", disse. O próprio juiz da Vara de Execuções Penais de Cascavel (VEP), Paulo Damas, que adotou um discurso oposto ao do Sindarspen quanto às condições no interior da PEC, concordou com o dirigente nesse ponto. "Há uma defasagem de cerca de 80 agentes penitenciários na Penitenciária Estadual de Cascavel", reconheceu ele, que também participou das negociações para conter a rebelião no presídio cascalense.

"CANETADA"

Anthony Johnson subiu o tom das críticas ao acusar o governo estadual de ampliar a capacidade da PEC sem observar as limitações físicas da unidade. "A unidade foi projetada para 960 presos, mas numa canetada foi aumentada a sua capacidade [para 1.116 presos]. A unidade não foi preparada para receber mais presos, não há capacidade, estrutura e nem efetivo", sacramentou.

O juiz da VEP negou que o presídio estivesse superlotado e chegou a considerar que o motivo não teve um motivo razoável. Questionado pela FOLHA se considerava as reivindicações dos detentos justas, o

magistrado respondeu: "As reivindicações que foram feitas eram todas genéricas. O banho de sol era de duas a três horas, eles que-riam o dia inteiro. O problema da alimentação sempre é cuidado, houve alguns problemas pontuais que já foram resolvidos. Não tem um motivo plausível para ter essa rebelião. Foram reclamações genéricas e pelo tamanho da unidade não se justificariam, porque não há uma superlotação carcerária, a unidade estava trabalhando até aquém do número máximo de presos." No dia da rebelião, a PEC abrigava 1.036 detentos, segundo a Seju. O juiz estimou que cerca de 150 presos possam permanecer na PEC; nesse caso, eles ficariam nas únicas duas galerias que não foram destruídas durante a rebelião.

Sete presos estão desaparecidos

Cascavel - Após a perícia técnica realizada ontem na Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC), a Secretaria de Justiça e Cidadania (Seju) confirmou que sete presos estavam desaparecidos. "Podem estar mortos, ter fugido ou estar escondidos em algum local no interior da unidade", afirmou o diretor do Departamento Penitenciário de Execução Penal (Depen), Cezinando Paredes. Ele não descartou que os corpos dos desaparecidos estejam carboniza-

dos em uma ala onde os agentes ainda não entraram por haver riscos de desabamento.

O cenário na penitenciária parecia de guerra, com destruição de praticamente todas as celas. Durante todo o dia, agentes penitenciários retiraram armas artesanais que foram usadas para manter presos reféns e decapitar dois detentos. Outros três presos morreram ao ser lançados do telhado do presídio, de aproximadamente 15 metros. Todos seriam estupradores.

Em nota, a Seju declarou que o "Estado repudia com veemência os atos de violência praticados por presos rebelados no interior do presídio, que cometeram homicídio qualificado, ceifando cinco vidas humanas, de forma cruel, cujos crimes serão objeto de investigação pela polícia e autoridades competentes, na forma e com o rigor da lei."

Cezinando Paredes creditou a rebelião ao "descontrole" e à "desorganização" dos presos. "Essa rebelião tomou uma proporção muito maior do que eles [os detentos] estavam imaginando", disse o diretor do Depen ao portal G1. A FOLHA não conseguiu falar com Paredes sobre as críticas feitas pelo Sindicato dos Agentes Penitenciários ao sistema penitenciário do Estado. (D.P., com Folhapress)

CONTINUA

27 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Defensoria busca ajudar familiares

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Cascavel - A Defensoria Pública do Paraná designou quatro defensores, que se juntaram aos dois que atuam em Cascavel, para acompanhar a rebelião na Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC), que terminou na madrugada de ontem. Os defensores fizeram uma vistoria na unidade na manhã de ontem e puderam constatar o cenário de completa destruição.

“O objetivo é dar um alento às famílias que estão desesperadas, já que muitas ainda não sabem para onde os presos foram transferidos. Estamos aguardando essas confirmações e a partir disso os nossos defensores nestes locais farão o acompanhamento dos detentos”, explicou o defensor público, Eduardo Abraão.

Muitos familiares ficaram durante todo o dia em frente à penitenciária em busca de informações sobre o paradeiro dos transferidos. Por conta própria, parentes relataram à FOLHA que chegaram a ligar em várias outras unidades prisionais do Estado na tentativa de localizar os detentos.

Sobre a possibilidade do desaparecimento ou morte de outros presos, Abraão acredita que isso não irá se confirmar. “Não podemos descartar, mas é uma possibilidade que está perdendo força já que grande parte do presídio já foi vistoriada”, informou.

Eduardo Abraão garantiu que a Defensoria Pública prestava assistência jurídica aos presos da PEC, mas reconheceu que a estrutura do órgão é insuficiente. “São apenas dois defensores para atender os presos desta unidade e das demais da cidade. O trabalho fica limitado e prejudicado. Teríamos que ter pelo menos quatro defensores para atender apenas as execuções penais”, frisou.

27 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA MAZZA

Safra

Depois do flagra no Tribunal de Contas, anulado por câmara criminal do TJ, o Gaeco lançou a rede em advogados e servidores judiciais que meteram a mão nas indenizações da Petrobras aos pescadores, e mais recentemente, em políticos de São Jerônimo da Serra, além de servidores municipais e empresários. Agora a Defesa do Patrimônio Público do MP estadual cuida, entre outras coisas, da operação Gafanhoto que alcançou mais de 60 deputados e ex-deputados de legislaturas desde 2003. Operavam com os indicadores fiscais de gente humilde como se deu no caso de um trabalhador de Palmeira que na fila da Cohab foi informado que ganhava demais para habilitar-se, segundo informes do Imposto de Renda, e por isso estava eliminado. A gangue usava seu CPF para agir como, aliás, se fazia também nas operações dos "Diários Secretos". A certeza da impunidade é que sustentava a ousadia, a qual se aliaram parlamentares aturdidos ou mal informados.

Bioética e Biodireito

Londrina - A OAB-Londrina realizará o 1º Congresso de Bioética e Biodireito de 2 a 4 de setembro, com palestras e debates que trazem à discussão temas polêmicos, como a eutanásia, suicídio assistido, violência obstétrica, contratos de reprodução assistida e pesquisas científicas com animais. O evento, dirigido a profissionais e acadêmicos das áreas de Direito, Medicina, Enfermagem, Psicologia, Filosofia, Biologia e Medicina Veterinária, acontecerá na sede da entidade. As inscrições podem ser feitas pelo e-mail bioetica.londrina@oabpr.org.br. Informações pelo fone (43) 3294-5900.

27 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Comissionados em Rolândia

O Ministério Público (MP) do Paraná apresentou à Justiça, na semana passada, ação civil pública contra o prefeito de Rolândia (Região Metropolitana de Londrina), Jhonny Lehmann (PTB), e mais três servidores do município, por ato de improbidade administrativa. Eles seriam os responsáveis “pelo uso inadequado da máquina pública, caracterizado pela nomeação de servidores para ocupar cargos comissionados que não tinham previsão legal”, segundo o MP.

Cargos extintos

Embora a ação civil pública não tenha sido divulgada, a assessoria de imprensa do MP informou que a irregularidade em Rolândia teria ocorrido a partir de duas leis sobre o funcionalismo. Em novembro de 2009 a administração municipal criou uma modalidade de cargo em comissão, que passou a contar com nove vagas. Dois anos depois, em dezembro de 2011, foi promulgada outra lei que reduziu a quantidade de vagas desse mesmo cargo, para quatro vagas. Como não houve exonerações, cinco comissionados ficaram no cargo irregularmente. “A atitude esperada do Poder Público era a exoneração dos cargos que excediam à previsão legal.” O MP requer que os réus sejam responsabilizados e que devolvam aos cofres públicos a remuneração paga a esses servidores entre janeiro de 2012 e abril de 2013.

‘Não houve má-fé’

O procurador-geral da Prefeitura de Rolândia, Jeferson Luiz Matias, negou má-fé da administração. Segundo ele, houve “equivoco administrativo” de servidores quando foi aprovado em 2011 o PCCS (Plano de Cargos Carreiras e Salários) no município. Ele informou que a redução dos cargos ocorreu sem o conhecimento do prefeito, “pois não havia a intenção de suprimir os cargos e isso foi descoberto apenas em 2013, quando, inclusive, foram exonerados os que estavam irregulares”. Ele informou, ainda, que foi aberta sindicância que resultou em sanções administrativas aos servidores envolvidos.

27 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

Novo inquérito vai apurar outras vítimas

Lucio Flávio Cruz

Reportagem Local

Londrina - Um novo inquérito policial foi instaurado na Delegacia da Mulher para apurar possíveis novas vítimas do professor de informática da rede municipal de ensino acusado de estupro de vulnerável contra alunas. O servidor, que trabalhava na Escola Bento Munhoz da Rocha, no Distrito de Lerroville (zona sul de Londrina), está preso desde o dia 1º na unidade 1 da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL).

Na semana passada, o Ministério Público (MP) ofereceu denúncia contra o professor por estupro de vulnerável contra duas alunas, que na época dos abusos tinham 9 anos. De acordo com a denúncia, baseada no inquérito policial, os crimes aconteceram em 2012 e no início deste mês. O último caso foi registrado durante uma gincana no colégio. A polícia foi acionada pela avó da menina e o professor, preso em casa, em flagrante. "Ele se valeu da sua condição e da sua autoridade como professor e da vulnerabilidade das vítimas. O professor praticou atos li-

bidinosos diversos da conjunção carnal contra as alunas", relatou a promotora Caroline Esteves.

A promotoria aguarda a perícia do Instituto de Criminalística (IC) nos computadores pessoais do professor e da escola, que foram apreendidos. O laudo deve sair em até 120 dias. "A perícia pode nos mostrar novas vítimas, mas não é necessária para esta denúncia, já que os depoimentos colhidos foram decisivos para o oferecimento", declarou a promotora.

A juíza da 6ª Vara Criminal de Londrina, Zilda Romero, recebeu ontem a denúncia e a partir da citação o acusado terá dez dias para apresentar a defesa. Após a manifestação, a magistrada absolve o réu ou acata a denúncia e marca a audiência de instrução.

O advogado de defesa, Nilton Simão, informou que o professor ainda não foi citado sobre a denúncia do MP e também não tem conhecimento a respeito do novo inquérito policial. "Vamos apresentar novas testemunhas e aguardar o período de instrução para pedir o relaxamento da prisão", afirmou Simão.

27 AGO 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSEGUE SUSPENSÃO DE PROCESSOS QUE CRIMINALIZAM ADVOGADOS NO CEARÁ

A Ordem dos Advogados do Brasil teve sucesso em mais uma ação contra a criminalização da advocacia. A Seccional do Ceará conseguiu a suspensão de todos os processos em que cinco advogadas, que emitiram pareceres jurídicos, tenham sido incluídas como responsáveis solidárias ou em que tenham sido aplicadas multas pela inexecução de convênios firmados. “O Estatuto da Advocacia garante como prerrogativa o livre exercício da advocacia e a imunidade por manifestações no exercício da profissão”, afirmou o presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho.

A decisão da 5ª Vara da Fazenda Pública foi publicada na sexta-feira (22) e veio após ação impetrada pela OAB, que também se habilitou no processo que tramitava no Tribunal de Contas do Ceará. A Ordem ainda ajuizou demanda judicial para a exclusão de todos os advogados que estejam em situação similar em processos dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, quando forem denunciados e incluídos no rol de responsáveis solidários pela simples emissão de parecer, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de erro grave e inescusável, dolo ou ausência das cautelas necessárias.

CNJ - CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA REALIZA 30 INSPEÇÕES E CORREIÇÕES NO PERÍODO DE DOIS ANOS

A Corregedoria Nacional de Justiça realizou nos últimos dois anos – período em que o ministro Francisco Falcão esteve à frente do órgão – 30 inspeções e correções em unidades judiciárias e administrativas de tribunais. Das 30 inspeções e correções, 14 tiveram por foco a área administrativa, sendo quatro inspeções (TJGO, TJSC, TJSE e TJPE) e dez correções (TJAM – 2 vezes –, TJAP, TJBA – 2 vezes –, TJPA, TJPI, TJPR, TJRN, TJMS).

Uma das principais preocupações da Corregedoria nesse período foi o monitoramento de todas as determinações e recomendações relacionadas com a área administrativa, que foram feitas pelo CNJ desde o primeiro relatório de inspeção emitido, em 2008. Segundo

levantamento feito pela Corregedoria, 868 determinações ou recomendações foram feitas desde o início do processo de fiscalização in loco nos tribunais, apenas relacionadas à área administrativa.

As áreas de licitações, gestão de pessoas e folhas de pagamento concentram grande parte dos problemas identificados durante as fiscalizações; por isso, foram alvo de mais da metade das recomendações e determinações da Corregedoria.

Com o acompanhamento do cumprimento das determinações feitas, a Corregedoria Nacional de Justiça ofereceu aos tribunais soluções específicas, a fim de corrigir as principais deficiências encontradas na área administrativa de cada tribunal.

27 AGO 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

EDITORIAL

CAOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

A rebelião ocorrida na Penitenciária Estadual de Cascavel, que terminou na madrugada desta terça-feira, após a transferência de presos e a libertação dos dois agentes que foram mantidos reféns, mostra que o sistema penitenciário brasileiro é um verdadeiro caos. Pouquíssimos exemplos do país podem ser mostrados como bons quando o assunto é a pena do cidadão condenado por um delito. Em geral, ir para a cadeia significa viver em um ambiente aterrorizante, dominado pelas facções, as quais, mesmo presas, continuam mandando no crime organizado e determinando o que deve ou não acontecer dentro dos presídios. A ideia de condenar para educar e inserir novamente o cidadão na sociedade é praticamente uma utopia.

Barbáries como esta ocorrida na penitenciária de Cascavel não podem acontecer. Presos decapitados, agentes feitos reféns, depredação das instalações, tudo isso é resultado do completo descaso do poder público com o assunto. Enquanto não houver mudanças radicais no sistema penitenciário em todos os sentidos, os presídios continuarão recebendo detentos que terão liberdade para controlar o local e fazer o que quiserem.

27 AGO 2014

BEM PARANÁ

A Conduta e o direito penal

Atrocidade no presídio de Cascavel

• Jônatas Pirkiel _____

Com o fim da rebelião no presídio de Cascavel, marcado pela atrocidade de dois presos decapitados e outros dois arremessados do telhado de uma altura de 15 metros, revela-se o que já é de conhecimento público e notório: a falência do sistema penitenciário brasileiro, onde os presos são mantidos em condições sub-humanas, sem que as autoridades façam qualquer coisa para mudar este quadro.

Por certo, numa das mais violentas rebeliões no sistema penitenciário do Estado, cujas autoridades foram chamadas para orientar mudanças no sistema do Estado do Maranhão, os mortos são muitos e as ações de indenizações contra o Estado do Paraná pela morte destes presos se somarão aos prejuízos a serem suportados pela sociedade paranaense pela incompetência da gestão nos presídios.

E rebelião, diante das informações, foi feita por pelo menos 500 dos detentos sob a orientação do Primeiro Comando da Capital, apesar das autoridades penitenciárias do Paraná sempre negarem que este "comando" atue aqui. A destruição resultou na depreciação das instalações da penitenciária que abriga cerca de 1200 presos, com capacidade para 1400.

Para se ter uma ideia do tamanho do problema, o Brasil tem a quarta população carcerária do mundo, com aproximadamente 520 mil presos, seguido pela Rússia, com 700 mil presos, China, com 1 mil e 600 mil e Estados Unidos, com 2 milhões e 200 mil presos. No caso do Brasil, este número poderia dobrar caso todos os mandados de prisão vigentes fossem cumpridos.

No Brasil o sistema penitenciário é precário e não permite a recuperação de ninguém, constituindo-se em

verdadeiras escolas do crime, funcionando nos Estados da Federação, sem contrapartida dos presos para os seus próprios sustentos. Situação agravada ainda com os recursos vindos da Previdência Social para o pagamento do auxílio reclusão, cujo montante nunca é revelado pelas autoridades.

É o fundo do poço, quando se percebe que o sistema abriga uma poluição do mesmo tamanho de uma cidade de médio porte (500 mil habitantes), sem que esta população produza, sendo custeada (saúde, habitação, lazer, alimentação e vestuário) com o dinheiro dos impostos de quem trabalha. Sem que nenhuma autoridade responsável pelo sistema penitenciário, desde do tempo de Pedro Alvarez Cabral, tenha feito alguma coisa para mudar esta realidade...

* O autor é advogado criminalista (jônataspirkiel@terra.com.br)

27 AGO 2014

BEMPARANÁ

PAINEL

No CNJ

O juiz Bráulio Gabriel Gusmão, Titular da 4ª Vara do Trabalho de Curitiba, foi requisitado pelo ministro Ricardo Lewandowski para exercer as atribuições de juiz auxiliar da presidência do CNJ. Bráulio Gusmão presidiu a Amatra IX no biênio 2008/2010 e, atualmente, integra o Conselho de Representantes da entidade. É mestre em Direito pela Unibrasil e especialista em Direito do Trabalho pela mesma instituição.

Essencial

Consumidor que tem o fornecimento de energia suspenso sem aviso prévio deve ser indenizado. O entendimento é da 7ª Câmara Cível do TJ do Ceará.

Anticorrupção

O Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP) promove hoje, 27 de agosto, a partir das 19h30, um evento sobre a nova Lei Anticorrupção, no qual palestrará o advogado Francisco Monteiro Rocha Jr., presidente do Instituto Brasileiro de Direito Penal Econômico (IBDPE) e professor da UFPR. O jurista falará sobre o tema "*Os impactos da nova Lei Anticorrupção nas empresas: proteção como estratégia para a competitividade*". Informações e inscrições no site www.ibqp.org.br. E pelo telefone (41) 3264-2246.

Seguro

Empresa de seguro pode deixar de renovar contrato desde que notifique o cliente com antecedência. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

Desiguais

Uma faculdade pode precisar pagar salários iguais a professores que lecionam disciplinas diferentes em um mesmo curso. O entendimento é da 2ª Turma do TST.

Investimentos

No próximo dia 04 de setembro a Amaral, Yazbek Advogados realizará juntamente com o escritório austríaco Schindler and Partners o evento Otimização Tributária de Investimentos no Exterior (Tax Optimization in Overseas Investments). Os debates serão coordenados pelos advogados Dr. Murillo Estevam Allevato Neto e Dr. Clemens Philipp Schindler e pela Dra. Leticia Mary Fernandes do Amaral. Informações no site www.ayadvogados.com.br ou pelo telefone (41) 3232-9241

27 AGO 2014

BEMPARANÁ

Sucupira

Uma operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público de Londrina e a Promotoria de Justiça de São Jerônimo da Serra denunciaram à Justiça 39 pessoas por desvios de recursos públicos. A organização criminosa agia desde a posse do atual prefeito do município do Norte do Paraná. Os acusados estão envolvidos na Operação Sucupira — deflagrada no último dia 6 de agosto na região.

Família

O prefeito de São Jerônimo da Serra, em função do mandato e foro privilegiado, não é parte nesta acusação, mas deve ser denunciado depois ao Tribunal de Justiça. Entre os acusados estão os dois filhos e a esposa do prefeito, que ocuparam, durante o período investigado, cargos na prefeitura; o então chefe de gabinete e de relações institucionais. No total, foram descritos 73 fatos criminosos praticados pelo grupo contra a Administração Pública, em datas diversas. A denúncia envolve os crimes de peculato, corrupção passiva e ativa, lavagem de dinheiro, fraude a licitação e organização criminosa.

Resposta mantida

O pedido de resposta feito pelo governador Beto Richa, candidato à reeleição, contra o senador Roberto Requião (PMDB) foi mantido pelo Tribunal Regional Eleitoral. Requião foi condenado a conceder resposta a Richa nas páginas do peemedebista com esclarecimentos sobre a relação do governador com empresas de pedágio. O relator do processo, juiz Leonardo Castanho Mendes, determinou que Requião veicule nas páginas da campanha e nas redes sociais a resposta pelo dobro de tempo que ficaram expostas acusações de que o Estado do Paraná desistiu de ações judiciais movidas contra concessionárias.

Óbvio

"Sabidamente inverídica, tendo em vista que as ações a que se refere o representado Roberto Requião foram movidas contra o Estado, o qual, como réu, obviamente não poderia apresentar desistência", afirma o relatório do juiz. A representação tem como alvo o vídeo "pedágio, nós temos lado e o nosso lado é o do povo", publicado por Requião, que faz críticas à postura à política tarifária do pedágio nas rodovias do Paraná afirmando que Richa, na qualidade de governador, desistiu de ações judiciais movidas contra as concessionárias para beneficiar as concessionárias de pedágio.

27 AGO 2014

BEMPARANÁ

Justiça do Maranhão quer provas sobre pagamento de precatórios de R\$ 120 milhões intermediado por Youssef

A 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luis, no Estado do Maranhão, requisitou anteontem à Polícia Federal do Paraná cópia das “provas e indícios apurados a cerca da intervenção de Alberto Youssef na celebração de acordo entre o Estado do Maranhão e a empresa Constran S/A Construções e Comércio”. O pedido foi encaminhado para as mãos do juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba. Caberá ao magistrado decidir se envia ou não as provas de possível pagamento de propina do doleiro Youssef para funcionários do governo do Maranhão. A propina teria acelerado o pagamento de precatórios no valor de R\$ 120 milhões para a empresa. Youssef teria recebido R\$ 12 milhões por intermediar esta operação. A PF repassou o pedido da Justiça Maranhense para o juiz federal porque “pode envolver possivelmente informações a respeito de pessoa com prerrogativa de foro”, diz o documento que esta coluna teve acesso. Neste caso, esta suspeita recai sobre a governadora Roseana Sarney.

27 AGO 2014

METRO

Após rebelião, sete presos continuam desaparecidos

Cascavel. Não se sabe se detentos morreram ou fugiram pelo esgoto da penitenciária durante o motim. Volume de estragos ainda é contabilizado

O governo do Paraná ainda contabiliza os prejuízos materiais e humanos após o fim da rebelião na Penitenciária Estadual de Cascavel, no oeste do estado, que foi encerrada na madrugada de ontem após 45 horas, deixando 5 mortos e 25 feridos.

O motim terminou com a liberação do segundo agente penitenciário às 3h40, após a transferência de 851 presos para outras seis unidades prisionais, segundo a Seju (Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos).

Além das baixas já confirmadas, ainda há sete detentos desaparecidos. A Seju não descarta que eles possam ter morrido, mas o mais provável é que tenham fugido pelo esgoto do presídio. Os cinco mortos ainda não foram oficialmente identificados.

222

presos permaneceram no presídio, ocupando espaços não depredados na rebelião. Outros sete podem ter fugido pelo esgoto do complexo

275

pessoas é a superlotação 'oficial' admitida pela Seju no Paraná. De acordo com a secretaria, são 19.841 presos para 19.566 vagas

A Defensoria Pública do Paraná, que acompanha o trabalho de limpeza e levantamento de danos no local, confirma que há desaparecidos e também considera que eles possam ter morrido.

Segundo os defensores públicos, o órgão deve pedir indenizações para as famílias dos internos que foram mortos ou feridos na rebelião.

Apenas no fim desta semana, segundo a Seju, deve haver um balanço total da destruição do patrimônio.

Manifestação

Agentes penitenciários farão hoje pela manhã uma manifestação em Cascavel. Segundo o Sindarspen (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná), eles devem caminhar do centro até a Câmara de Vereadores do município, onde farão um pronunciamento denunciando os problemas no sistema prisional do estado.



**RAFAEL
NEVES**
METRO CURITIBA

27 AGO 2014

METRO

Mulher forçada a dividir quarto com um colega será indenizada

O TRT-PR (Tribunal Regional do Trabalho do Paraná) determinou, na última semana, que uma empresa de informática de Curitiba pague uma indenização de R\$ 5 mil a uma ex-funcionária. Ela teria sido obrigada, enquanto viajava pela empresa, a dividir um quarto de hotel com um colega do sexo masculino.

Segundo a decisão judicial, emitida no dia 19 deste mês, testemunhas afirmaram que a empresa EBS Sistemas tinha

o costume de determinar que empregados de sexos opostos dividissem o mesmo quarto de hotel para economizar custos.

A funcionária, que chegou ao cargo de gerente de telemarketing, foi demitida em outubro de 2012 depois de trabalhar um ano e oito meses. Posteriormente ela acionou a empresa na Justiça.

Inicialmente o valor da indenização tinha sido afixado em R\$ 2,5 mil, mas foi do-

brado após o juiz considerar o dano moral e o capital da empresa.

A empresa de informática Sage, que comprou a EBS Sistemas em outubro de 2012 (data da demissão da ex-funcionária), comunicou que foi informada da decisão judicial, mas não responde mais pela empresa depois da venda. Ninguém da antiga EBS foi localizado para comentar o caso. ● METRO CURITIBA

BRF é condenada a pagar indenização

A empresa Brasil Foods deverá pagar uma indenização de R\$ 1 milhão por "condições de trabalho degradantes" em uma fazenda em Iporã, no Noroeste, constatadas pelo MPF (Ministério Público Federal) em 2012. Segundo o MPF, havia trabalhadores em condições análogas à escravidão no local. A BRF foi procurada, mas às 17h de ontem não havia assessores disponíveis.

27 AGO 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça do DF condena procurador por racismo

A 3ª Vara Criminal de Brasília condenou o procurador federal Leonardo Lício do Couto pelo crime de racismo, com base em comentários publicados em um fórum de concursos públicos na internet. Nas mensagens postadas em 2007, o então estudante se autointitulava "skinhead" e pregava ódio a judeus, negros e nordestinos.

Procurado pela reportagem do G1, o procurador preferiu não comentar o assunto, e afirmou que vai recorrer da decisão.

Segundo o promotor de Justiça e coordenador do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação do MP, Thiago Pierobom, é a primeira condenação do tipo registrada na Justiça do DF com base em comentários publicados na internet.

Durante o julgamento, Couto confessou ser autor das mensagens, mas disse que eram "apenas uma brincadeira". No entendimento do Ministério Público, autor da denúncia, o conteúdo discriminatório é intolerável. ■

O sistema prisional está falido

As penitenciárias brasileiras são um sistema medieval de punição. A questão já é conhecida de toda a população e naturalmente das administrações públicas. O sistema é conhecido por fabricar "bandidos", ou seja, piorar quem entra em uma cadeia. Mas a barbárie vista em Cascavel alerta para que a questão chegou ao limite do que a sociedade pode suportar. O momento é de adotar medidas urgentes para mudar tudo.

Teoricamente, um cidadão é preso quando con-

traria a lei, para que seja afastado do convívio social e passar por um processo de reeducação. O que quer dizer que hoje estamos fazendo exatamente ao contrário. O cidadão é retirado do convívio social para aprender novos crimes.

As penitenciárias tornaram-se barris de pólvora, comandadas por um "governo paralelo" do crime organizado – com leis próprias. Os próprios criminosos assumiram o papel que deveria ser do poder público dentro dos presídios. ■

Justiça mantém direito de resposta de Beto Richa

 O pedido de resposta feito pelo governador Beto Richa, candidato à reeleição, contra o senador Roberto Requião (PMDB) foi mantido pelo Tribunal Regional Eleitoral. Requião foi condenado a conceder resposta à Richa nas páginas do peemedebista com esclarecimentos sobre a relação do governador com empresas de pedágio.

O relator do processo, juiz Leonardo Castanho Mendes, determinou que Requião

veículo nas páginas da campanha e nas redes sociais a resposta pelo dobro de tempo que ficaram expostas acusações de que o Estado do Paraná desistiu de ações judiciais movidas contra concessionárias. "sabidamente inverídica, tendo em vista que as ações a que se refere o representado Roberto Requião foram movidas contra o Estado, o qual, como réu, obviamente não poderia apresentar desistência", afirma o relatório do juiz. ■